
Ata n.º 14

Reunião Ordinária
do Conselho Intermunicipal
da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

No dia 09 de setembro de 2014, pelas 15h30m, na sede da CIM Região de Coimbra, em Coimbra, reuniu o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra devidamente convocado pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, João Albino Rainho Ataíde das Neves, ao abrigo da alínea c) do artigo 92.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Aprovação de Atas

Discussão e Aprovação da Ata n.º 13, de 12/08/2014

Período Antes do Ordem do Dia

Ordem do Dia

1. Informações

- 1.1 - Informação sobre PO Regional;
- 1.2 - Primeira auditoria do ROC;
- 1.3 - Outras informações

2. Propostas

- 2.1 - Validação da Estratégia de Desenvolvimento da Região de Coimbra;
- 2.2 - Aprovação do programa de instalação do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da Região de Coimbra;
- 2.3 - Aprovação da minuta de protocolo a celebrar com o Instituto do Turismo de Portugal com vista à execução de um Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal;
- 2.4 - Operação Imaterial de Promoção do Empreendedorismo da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego – revogação da deliberação relativa à Comparticipação Financeira dos Municípios.

3. Aprovisionamento

3.1 - Ajuste Direto para Prestação de Serviço de “Definição e Implementação do Programa: Educação Empreendedora nas Escolas - 2ª edição”, integrado na Operação Imaterial de Promoção do Empreendedorismo da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego - Procedimento 23/2014:

3.1.1 - Adjudicação

3.1.2 - Aprovação da Minuta do Contrato

4. Serviços de Contabilidade

4.1 - Resumo Diário de Tesouraria

4.2 - 6.ª Alteração Orçamental às Grandes Opções do Plano e 7.º Alteração ao Orçamento - ratificação

5. Outros assuntos

À hora anunciada na convocatória, o Presidente do Conselho Intermunicipal, adiante designado Presidente do CI, João Ataíde, fez circular a lista de presenças para assinaturas dos presentes, que se junta como anexo à presente ata, tendo-se verificado a existência do quorum necessário.

Assim, registou-se que participaram na reunião:

Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Figueira da Foz, João Albino Rainho Ataíde das Neves;

Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Ricardo Pereira Alves;

Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, José Carlos Alexandrino Mendes;

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Helena Teodósio;

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Rosa Reis Marques;

Presidente da Câmara Municipal de Condeixa, Nuno Moita;

Presidente da Câmara Municipal da Lousã, Luís Antunes;

Presidente da Câmara Municipal da Mealhada, Rui Marqueiro;

Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, Miguel Baptista;

Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Emílio Torrão;

Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, José Júlio Norte;

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Jorge Alves Custódio;

Vereador da Câmara Municipal de Penacova, Ricardo Simões, em representação do Presidente;

Presidente da Câmara Municipal de Penela, Luís Matias;

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Soure, Jorge Mendes;

Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Mário Loureiro;

Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, João Henriques.

Estiveram presentes na reunião o Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Jorge Bento, o Chefe de Gabinete da Câmara Municipal de Cantanhede, Pedro Castro, assim como o Chefe de Gabinete de Apoio ao Investimento da Câmara Municipal de Coimbra, Jorge Brito.

Estiveram igualmente presentes na reunião o Presidente da Federação dos Bombeiros do Distrito de Coimbra, António Simões e o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo e Vice-Presidente da Federação dos Bombeiros do Distrito de Coimbra, Fernando Jorge, que tinham solicitado intervir no período de Antes da Ordem do Dia de uma reunião do CI.

Período Antes do Ordem do Dia

42º Congresso da Liga dos Bombeiros Portugueses

O Presidente do CI saudou a presença do Presidente da Federação dos Bombeiros do Distrito de Coimbra, António Simões, e passou-lhe a palavra.

O Presidente da Federação dos Bombeiros agradeceu a disponibilidade dos presentes para o receber e agradeceu igualmente o apoio prestado por todos os municípios aos bombeiros do distrito na compra dos EPI. Mostrou-se disponível para colaborar com esta CIM, bem como com todos os municípios, nomeadamente na prevenção dos incêndios florestais.

Deu nota que Coimbra irá ser a cidade anfitriã do 42.º Congresso Nacional da Liga dos Bombeiros Portugueses, a realizar nos dias 24, 25 e 26 de outubro, no Pavilhão Dr. Mário Mexia e que neste evento é esperada a presença de cerca de mil delegados provenientes de todo o país.

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que também se pretende com este congresso dar a conhecer a cidade de Coimbra, classificada como Património Mundial da Unesco, e passou a uma breve exposição sobre o programa previsto para esses dias aproveitando a ocasião para agradecer a todos os municípios que prestaram apoio das mais variadas formas.

Finalizou a sua intervenção convidando a CIM-RC a colocar um *stand* na Feira a realizar no exterior do Pavilhão Dr. Mário Mexia e pediu para a CIM RC ponderar a atribuição de uma comparticipação financeira, designadamente por via da oferta de um jantar volante num dos dias do evento.

O Presidente do CI agradeceu o convite e recordou que não se deve à Comunidade Intermunicipal qualquer atraso na entrega dos Equipamentos de Proteção Individual. Relativamente à pretensão evidenciada pelo Senhor Presidente da Federação dos Bombeiros referiu que a mesma será analisada e posteriormente dará nota da representação da Comunidade no Congresso.

Tomou a palavra o Presidente do Município de Miranda do Corvo solicitando o ponto de situação sobre o concurso para os EPI (botas e luvas)

O Secretário Executivo Intermunicipal da CIM-RC esclareceu que o Conselho Intermunicipal já deliberou a abertura de concurso tendo sido aprovados todos os procedimentos de contratação pública. Prevê-se que todos os equipamentos, do concurso inicial, sejam entregues aos municípios até final de setembro e que a abertura de propostas do último concurso ocorra em meados de outubro.

Salientou ainda que a assinatura do contrato de financiamento no âmbito do POVT está dependente da assinatura dos protocolos com todas as corporações de bombeiros, pelo que apelou a uma sensibilização das Direções das Associações Humanitárias de Bombeiros para a urgência em assinar esses protocolos, mesmo sem a entrega dos EPI, sob pena da CIM RC se vir a defrontar com uma rutura financeira.

O CI tomou conhecimento.

Neste momento saíram da sala os representantes da Federação dos Bombeiros do Distrito de Coimbra.

Ainda no Período de Antes da Ordem do Dia, o Presidente do Município de Tábua interveio dizendo que, na reunião realizada com o Sr. Secretário de Estado para a Modernização Administrativa, se mostrou disponível para propor em reunião de câmara a criação de um Espaço do Cidadão desde que ficasse garantido que não iriam encerrar outros serviços.

Revelou que esta semana foi contactado pelo Gabinete do Sr. Secretário de Estado, tendo sido questionado sobre a assinatura do protocolo. Foi-lhe transmitido, nesse contacto, que, atendendo às preocupações evidenciadas por vários municípios relativamente ao eventual encerramento de serviços públicos, iria ser elaborado um documento onde ficaria salvaguardada essa situação. Mais referiu que, em seu entender, esta Comunidade deveria tomar uma posição conjunta sobre esta matéria.

O Presidente do CI referiu que foi transmitido ao Secretário de Estado da Modernização Administrativa que, face às diferentes realidades, cada município iria tomar uma posição individual, consoante a leitura que faz deste programa.

Interveio o Presidente do Município de Condeixa dizendo ter sido abordado da mesma forma e que o assunto ainda não foi presente em reunião de câmara, recomendando uma tomada de posição conjunta no âmbito da CIM RC.

O 1.º Secretário Executivo Intermunicipal disse ter enviado um *e-mail* ao adjunto do Secretário de Estado, ao qual não obteve ainda resposta. Nesse *e-mail* solicitou o ponto de situação de implementação deste programa, que ações a Secretaria de Estado iria desenvolver e qual o calendário previsto. Solicitou autorização para articular com a Secretaria de Estado um método de atuação a fim de evitar estes telefonemas avulsos.

O Presidente da Câmara da Lousã manifestou concordância com a opinião do Secretário Executivo Intermunicipal pois entende que há questões transversais a todos, nomeadamente com a consequência da implementação destes serviços ao nível dos empregos dos trabalhadores que neste momento desempenham funções nesses serviços. Para si, deveria ser

feito um pedido de esclarecimento e tomada de posição da Secretaria de Estado para se poder tomar uma decisão mais correta, evitando uma acusação de se ter patrocinado a extinção de postos de trabalho.

Anunciou que a Câmara Municipal da Lousã já mostrou interesse neste projeto e que ainda este mês prevê apresentar algo mais concreto à Secretaria de Estado.

O CI tomou conhecimento.

De seguida tomou a palavra o Sr Presidente do CI, para dizer que, relativamente à EGF e na sequência dos últimos desenvolvimentos que dão o grupo Mota- Engil como vencedor do processo de privatização, entende que o momento certo para acionar uma providência cautelar será quando for anunciado o processo de venda.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova dizendo não ter ainda o resultado da providência cautelar, interposta pelo seu Executivo. Porém julga existir toda a vantagem de se tomar uma posição conjunta sobre a matéria, podendo esta ser mais eficaz na fase de venda.

O CI tomou conhecimento.

Aprovação de Atas

Discussão e Aprovação da Ata n.º 13, de 12/08/2014

Foi presente a ata n.º 13, de 12 de agosto, para discussão e aprovação, tendo o Presidente do CI referido que o procedimento adotado, até à presente data, quanto à votação das atas, não faz sentido. Assim quando os municípios estiveram representados na reunião do CI, não é legítimo que um outro representante do município presente na reunião posterior, se abstenha na aprovação da ata. Entende que este procedimento deve ser alterado, propondo que apenas os municípios que não estiveram presentes, deverão assumir a posição de abstenção.

Sobre esta questão verificou-se a concordância plena dos presentes.

O Presidente do CI, após a discussão do assunto, colocou a ata n.º 13 de 12/08/2014 em votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Ordem do Dia

1. Informações

O 1º Secretário Executivo Intermunicipal apresentou uma informação escrita, que fará parte integrante desta ata, sobre os seguintes pontos, tecendo algumas considerações

PO Regional

O 1.º Secretário Executivo Intermunicipal informou que o PO Regional está em revisão em consequência de ter sido alterada a versão inicial do Acordo de Parceria, tendo já sido apresentada nova proposta de PO à Comissão Europeia. Prevê-se que até final de setembro se conheça a nova versão do PO Regional do Centro. Esclareceu que a CCDRC só divulgará esse documento após a sua aprovação pela Comissão Europeia.

Sugeri que se comece a trabalhar nos projetos ligados à área de eficiência energética em infra estruturas públicas e edifícios públicos e à área da conservação do Parque Escolar, em particular no que se refere ao ensino pré-escolar (fecho de rede) que são áreas que integrarão os ITI a apresentar pelas CIM.

Disse ser importante uma análise mais concreta das intenções de investimento dos municípios que constam dos anexos ao Plano de Ação, solicitando aos municípios a indicação do grau de prioridade atribuído a cada projeto, do grau de maturidade, a estimativa orçamental, a calendarização da ação, qual o grau de dependência em relação ao financiamento comunitário (consoante a relevância).

Uma vez que são conhecidas as restrições ao financiamento comunitário da construção/requalificação de estradas ou a construção/ampliação de parques industriais/áreas de localização empresarial, sugeri que esse tipo de projetos fique fora da análise solicitada.

O CI tomou conhecimento.

Primeira auditoria do ROC

O 1.º Secretário Executivo Intermunicipal informou que, a partir de dia 15 de setembro, será feita a primeira auditoria do Revisor Oficial de Contas e que não estranhará se houver algumas em falhas de nível administrativo ou contabilístico, devendo-se este facto à debilidade da estrutura de recursos humanos pois no fundo apenas duas pessoas asseguram esse sector. O relatório poderá ter uma função pedagógica, revelando as fragilidades existentes, permitindo ao CI a análise das mesmas e encontrar as devidas soluções.

O CI tomou conhecimento.

Conferência promovida pelo Turismo de Portugal

O 1.º Secretário Executivo Intermunicipal referiu que o Turismo de Portugal organizará a Conferência Turismo 2020 | Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal, no próximo dia 11 de setembro.

Revelou desconhecer o alinhamento do *workshop* que será realizado durante a tarde, desse mesmo dia e em que participará. Entende que se for para dar contributos, ficará numa situação delicada porque este CI nunca aprovou formalmente linhas orientadoras sobre esta matéria. Referiu que os contributos, se solicitados, irão entregues mais tarde depois de devidamente validados.

Na impossibilidade de se apresentar um documento atempadamente discutido e validado pelo CI, foi elaborado um texto de suporte que lhe servirá de guião nessa reunião, que distribui pelos presentes e que propõe se discuta em próxima reunião.

O Presidente do CI analisou o documento que entende ser adequado, sugerindo a sua análise e introdução de sugestões que possam vir a ser apresentadas, salientando que todos os projetos de ordem turística serão diretamente tratados com a Entidade Regional de Turismo,

obrigando esta entidade a um especial cuidado na auscultação dos municípios e em particular das CIM.

Deu ainda nota que a Técnica de Turismo que esta CIM contratou já se encontra em funções e propôs que em próximo CI se discuta a intervenção da CIM nesta matéria.

O CI tomou conhecimento.

2. Propostas

2.1 - Validação da Estratégia de Desenvolvimento da Região de Coimbra

Foi presente, para validação, a Estratégia de Desenvolvimento da Região de Coimbra 2014-2020, tendo o Presidente do CI referido que este estará em condições de ser validado uma vez que estão salvaguardadas as reservas suscitadas pelos Municípios de Coimbra e Góis, conforme última versão enviada pelos Consultores Augusto Mateus & Associados onde se denotam alguns ajustamentos.

A Vice-Presidente do Município de Coimbra desconhece a resposta da Augusto Mateus & Associados. Quanto às dúvidas suscitadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra não vê as mesmas respondidas no documento pelo que, para o Município de Coimbra, o documento continua a ser vago e genérico.

O Presidente do CI disse que iria facultar uma resposta complementar que lhe foi dirigida pela consultora, adiantando que não ficam minimamente em causa as pretensões dos dois municípios.

O 1.º Secretário Executivo interveio para dar umas breves notas sobre o histórico da elaboração do documento.

Interveio o Presidente do Município da Lousã dizendo não encontrar neste documento o anexo com as propostas de investimento feitas por cada município.

O 1.º Secretário Executivo Intermunicipal esclareceu que esse anexo foi enviado no documento anterior, comprometendo-se em enviá-lo novamente.

O Presidente do Município da Lousã concordou com a opinião do Presidente do CI e julga que se deve validar o documento apresentado pela Augusto Mateus & Associados e apontar com maior clareza os objetivos do Plano de Ação

Tomou a palavra o Presidente do Município de Mira dizendo que deverá ser a empresa a fazer a correção do Plano de Ação, à luz da nova versão do PO Regional e dos PO Temáticos.

O Presidente do CI reafirmou que as questões levantadas pelo município de Coimbra foram, na medida do possível, plasmadas nesta versão da Estratégia da Região de Coimbra 2014-2020 e que por isso se está em condições de validar o documento.

Interveio o Vice-Presidente do CI, Ricardo Alves, referindo que se deve marcar uma reunião informal para se decidir o que fará parte do futuro ITI. Prosseguiu a sua intervenção dizendo que mesmo as ações em que os municípios possam aceder diretamente aos fundos comunitários, se tiverem o “chapéu” de uma estratégia à escala da Comunidade Intermunicipal, poderão ter muito mais força. Deu como exemplo a questão da regeneração urbana.

Nesta altura ausentou-se da reunião a Vice-Presidente do Município de Cantanhede.

O Presidente do Município de Condeixa concordou com o que foi dito, também ele entende que o Plano Estratégico é denso. Questionou se o que está dentro de um ITI é apenas de caráter intermunicipal, tendo o Secretário Executivo Intermunicipal respondido que, de acordo com as informações de que dispõe, assim será – os projetos deverão ter um caráter intermunicipal.....

O Vice-Presidente do CI, Ricardo Alves, recordou que com a alteração à lei das finanças locais, cada município terá de apresentar até 31 de outubro ao órgão executivo o plano e o orçamento.

Solicitou a palavra ao Presidente do CI, o Chefe de Apoio ao Investimento da Câmara Municipal de Coimbra, Jorge Brito, dizendo que o documento deveria refletir além do diagnóstico, um caráter prospetivo e enquadrante do ponto de vista supra municipal e não assumir a lógica de colagem do que são os documentos nacionais para não se comprometer.

Posta à votação, o CI deliberou, por unanimidade, validar a estratégia de Desenvolvimento da Região de Coimbra.

Deliberação aprovada em minuta.

2.2 - Aprovação do programa de instalação do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da Região de Coimbra

Foi presente para aprovação o programa de instalação do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da Região de Coimbra.

O Presidente do CI informou que o evento terá lugar no auditório da Fundação CEFA. Referiu ainda que foram exploradas outras alternativas mas ficariam muito onerosas e/ou apresentavam condições idênticas a este espaço.

O CI deliberou, por unanimidade, aprovar, em minuta, o programa do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da Região de Coimbra, a ter lugar no dia 23 de setembro de 2014, pelas 17h00, no Auditório da Fundação CEFA.

2.3 - Aprovação da minuta de protocolo a celebrar com o Instituto do Turismo de Portugal com vista à execução de um Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal

Foi presente, para análise e aprovação a minuta de protocolo de cooperação, a celebrar com o Instituto de Turismo de Portugal, documento que ficará como anexo à presente ata.

Foi referido pelo Presidente do CI que nesta Conferência participará o Vice-Presidente do CI, José Carlos Alexandrino Mendes, que assinará o presente protocolo. Não houve qualquer pedido de intervenção pelo que se procedeu de imediato à sua votação.

O CI deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar os termos do protocolo a celebrar com o Instituto do Turismo de Portugal com vista à execução de um Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal.

2.4 - Operação Imaterial de Promoção do Empreendedorismo da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego – revogação da deliberação relativa à Comparticipação Financeira dos Municípios

O Presidente do CI solicitou a retirada deste ponto da Ordem de Trabalhos uma vez que se aguardava uma informação da CCDRC sobre esta matéria mas que não chegou a tempo.

O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Presidente do CI e retirar este assunto da ordem de trabalhos.

3. Aprovisionamento

3.1 - Ajuste Direto para Prestação de Serviço de “Definição e Implementação do Programa: Educação Empreendedora nas Escolas - 2ª edição”, integrado na Operação Imaterial de Promoção do Empreendedorismo da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego - Procedimento 23/2014:

Foi presente para apreciação da proposta a informação n.º 190/2014 referente ao procedimento de aquisição de serviços para a implementação do Programa Educação Empreendedora nas Escolas - 2.ª Edição.

3.1.1 – Adjudicação

O Presidente do CI referiu que foi convidada a apresentar proposta uma só entidade, a GesEntrepreneur – Empreendedorismo Sustentável, Ld.^a para a prestação do objeto referido, conforme deliberação de abertura de procedimento do CI, na sua reunião de 12 de agosto último.

Após apreciação o CI deliberou, por unanimidade, adjudicar a Aquisição de Serviços para implementação do Programa Educação Empreendedora nas Escolas - 2.ª Edição, procedimento 23/2014 à entidade GesEntrepreneur - Empreendedorismo Sustentável, Ld.^a

Esta deliberação aprovada em minuta.

3.1.2 - Aprovação da Minuta do Contrato

De seguida, foi presente a minuta de contrato referente ao procedimento de contratação descrito no ponto 3.1.

O CI deliberou, aprovar a minuta do contrato do Programa Educação Empreendedora nas Escolas - 2.ª Edição, procedimento 23/2014 a outorgar com GesEntrepreneur - Empreendedorismo Sustentável, Ld.^a

Esta deliberação aprovada em minuta.

4. Serviços de Contabilidade

4.1 - Resumo Diário de Tesouraria

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria na importância de 599.924,66 € (quinhentos e noventa e nove mil, novecentos e vinte e quatro euros e sessenta e seis cêntimos) referente ao dia oito de setembro de 2014, documento que constará como anexo à presente ata. Não houve qualquer pedido de intervenção ou de esclarecimentos relativo ao documento presente para apreciação.

O CI tomou conhecimento.

4.2 - 6.ª Alteração Orçamental às Grandes Opções do Plano e 7.º Alteração ao Orçamento – ratificação

O Presidente do CI disse que se procedeu a estas alterações com o intuito de adaptar a atividade desta entidade ao plano financeiro que se encontra estabelecido, pelo que é necessário retirar verbas de umas rubricas para dotar outras em insuficientemente dotadas.

O CI deliberou, por unanimidade, ratificar a 6.ª Alteração Orçamental às Grandes Opções do Plano e 7.º Alteração ao Orçamento.

Esta deliberação aprovada em minuta.

5. Outros assuntos

Não houve qualquer intervenção por parte dos presentes.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente do CI, João Ataíde, deu por encerrados os trabalhos eram dezassete horas e trinta e cinco minutos.

De tudo o que ocorreu no decurso dos trabalhos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente do CI, João Ataíde e pela Assistente Técnica Gisela Parreiral, que secretariou a reunião.

Coimbra, 12 de setembro de 2014

O Presidente do Conselho Intermunicipal
da CIM Região de Coimbra

(João Albino Rainho Ataíde das Neves)

A Assistente Técnica

(Gisela Parreiral)